

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos dezenove dias do mês de abril de 2013, ocorreu a 211ª reunião ordinária do Conselho de
2 Administração do Instituto Estadual de Florestas, às 14:00hs, na Rua Espírito Santo, 495,
3 Centro, Belo Horizonte/MG. Contou com a presença dos seguintes membros: Adriana Francisca
4 da Silva – IEF; Henrique Augusto Reis – SEAPA, Igor Alexis de Souza Noronha – CRBio-04,
5 Fernando Sérgio Fogli – Crea MG, Maria Honorina Pereira Rocha – Representante servidores
6 IEF, Luiz Otávio de Lima Pereira – SETUR, Luiza Di Spirito Braga – SEPLAG, Luís Antônio
7 Coimbra Borges – UFLA, Maria Diná Gonçalves Pereira – SECTES e José Henrique Righi
8 Rodrigues – SEF. . Constatado o quórum regulamentar a Presidente em exercício na reunião,
9 Excelentíssima Adriana Francisca da Silva ministrou sobre os seguintes itens de pauta: 2.
10 Abertura pela Vice Diretora Geral do IEF Dra. Adriana Francisca da Silva que se apresenta
11 como a representante do Presidente do Conselho de Administração Dr. Adriano Magalhães
12 Chaves – Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de seu
13 secretário Executivo e Diretor Geral do IEF – Dr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, que
14 assumiu o a Diretoria Geral do IEF há 2 meses mas por um imprevisto solicitou desculpas pela
15 ausência devido a um imprevisto urgente Na abertura a Presidente em exercício, solicita
16 autorização a todos para a dispensa do hino nacional para agilidade dos trabalhos do Conselho e
17 prossegue com a pauta, Item 3 – Exame da Ata da 210ª Reunião Extraordinária Plenária de
18 06/12/2012, aprovada por unanimidade dos presentes. Item 4 – Exame dos demonstrativos de
19 receitas arrecadadas e despesas liquidadas do IEF relativas ao ano de 2012 com apresentação do
20 Superintendente de Contabilidade e Finanças Eduardo Henrique Alves de Paula, que se
21 apresenta e inicia a apresentação das contas do Instituto Estadual de Florestas, falando
22 rapidamente das receitas, despesas e principais gastos, explanando que no ano de 2012, tiveram
23 um crescimento da ordem de 25 por cento entre o que foi arrecadado pelo IEF em 2011 se
24 comparado com 2012, o resultado de receitas ficou da ordem de 155 milhões de reais, sendo que
25 em 2011 o IEF arrecadou 115 milhões e em 2010 76 milhões. Pode-se verificar claramente um
26 crescimento efetivo das receitas do IEF e basicamente proveniente da arrecadação das receitas
27 vinculadas, em especial da compensação ambiental – lei 9985; o IEF tem praticamente uma
28 manutenção na arrecadação da taxa florestal, onde obteve em 2010 32 milhões, 38 milhões em
29 2011, 41 milhões em 2012, um crescimento da ordem de 7% (sete por cento), recursos de
30 convênio, bastante variável, considerando a primeira informação, depende muito dos atos
31 vigentes na atual administração, onde houve um volume expressivo em 2012 com a assinatura
32 do PROMATA II, com ingresso de cerca de 1,6 milhões - 1,7 milhões, sendo que este recurso
33 será executado a partir dos próximos dias, a taxa florestal uma manutenção, alienação de bens,
34 que também é uma receita muito variável – depende da política, da necessidade imediata de se
35 desfazer de bens inservíveis, no ano de 2012, o IEF não teve operações desta natureza. A Taxa
36 de Controle de Fiscalização Ambiental, tem basicamente a manutenção da ordem de 1 milhão
37 destinada às ações do IEF. Recursos diretamente arrecadados que é a fonte 60, este sim, vem
38 apresentando um pequeno declínio, mesmo porque , o IEF vem passando dado à implantação do
39 Sisemanet e outras ações internas do meio ambiente, vem discutindo a questão, a metodologia
40 de cobrança das multas por infração à legislação ambiental, então esta receita teve uma queda e
41 o carro chefe que vem mudando a política de receitas do IEF é exatamente a vinculação com as
42 receitas de compensação ambiental e reposição florestal e da pesca. A compensação por
43 exemplo deu início há dois anos atrás com cerca de 4 milhões, em 2011 arrecadou quase 35

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

44 milhões e chegando em 2012 com 64 milhões que fez com que a receita do IEF praticamente
45 dobrasse nos últimos 2 anos. A principal receita do IEF hoje está exatamente em receitas
46 vinculadas e em seguida as receitas dos recursos diretamente arrecadados na fonte 60. Do ponto
47 de vista de despesa, o IEF teve gastos da ordem de 91, 92 milhões em 2012. Ao verificar
48 podemos ver uma oscilação, pois em 2010 teve cerca de 103 milhões, 2011 – 81 milhões, 2012
49 – 91 milhões. Justificando-se em 2010 para 2011 a transferência de algumas atividades
50 existentes no âmbito do IEF para a SEMAD, como por exemplo o previncêndio e algumas
51 atividades de fiscalização, fazendo com que os gastos diretamente vinculados ao IEF
52 apresentassem uma queda de aproximadamente 103 milhões para 80 milhões. Já a variação de
53 2011 para 2012, tem por essência o crescimento provocado na folha de pessoal pela
54 incorporação da GEDAMA – 1ª parcela da GEDAMA. Se realizada uma leitura bem próxima,
55 despesa de pessoal, obteve um crescimento de 10 milhões de reais entre 2011 e 2012, outras
56 despesas correntes, houve um decréscimo, caindo de 37 milhões para 31 milhões, os
57 investimentos praticamente se mantiveram, geralmente 3 a 4 milhões, associado às obras que
58 envolvem as áreas de preservação ambiental dos parques e as inversões financeiras o que foi
59 repassado a título de regularização fundiária que vem sendo implementada com a receita da
60 compensação ambiental. Se analisarmos detalhadamente por ação de governo como ficaram
61 distribuídos estes 92 milhões praticamente no ano passado, tivemos cerca de 5 milhões
62 investidos no circuito turístico do Rota Lund, 7 milhões com gastos meios – planejamento,
63 gestão e finanças, contratos administrativos, operacionais; 1,700 milhões em apoio às unidades
64 regionais, o carro chefe do gasto que é a mão de obra, cerca de 50 milhões com pessoal e outro
65 gasto expressivo seria as ações de fortalecimento e gestão das unidades de conservação – o
66 gasto por ações estaria distribuído exatamente desta forma. A nível de elemento ou item de
67 despesa ainda de uma forma mais detalhada, teríamos 54% destinada a vencimentos, despesa
68 com pessoal, especificamente encargos complementares, expressivamente na locação de mão de
69 obra, já que o Instituto está há um bom tempo sem realizar concurso, que se encontra em fase de
70 planejamento este ano, temos vários contratos de manutenção principalmente de mão de obra
71 pra manutenção das unidades de conservação, cerca de 4 milhões com obras e instalações e o
72 que está na fonte 61, em destaque – aquisição de imóveis, seria a regularização fundiária das
73 áreas desapropriadas para constituição das áreas das reservas ambientais, dos parques e áreas de
74 preservação. Se fizermos um comparativo entre receita e despesa, verificamos que em 2010, na
75 situação do IEF, 76 milhões de receita e 103 milhões de despesa, gerando uma necessidade de
76 cobertura por parte do tesouro da ordem de 27 milhões, situação esta que se inverteu nos
77 exercícios de 2011 e 2012. A partir de 2011 já tivemos 115 milhões de receita, com a
78 implementação das receitas vinculadas de compensação e reposição e as despesas foram
79 reduzidas por causa das transferências de parte destes gastos para as atividades dentro da
80 Secretaria de Estado de Meio Ambiente, então o déficit que existia em 2010, de 27 milhões
81 reverteu-se para um superávit de 34 milhões em 2011 aumentando este superávit de 53 milhões
82 em 2012, verificando-se hoje na política de receitas e despesas envolvendo o Instituto Estadual
83 de Florestas é exatamente esta: uma geração maior de receitas do ponto de vistas de arrecadação
84 de recursos vinculados que há de ser adotado uma política de aplicação das receitas, uma
85 cobrança mais efetiva e uma estabilização do gasto na ordem de 80, 90 milhões;
86 especificamente em 2012, passamos com o superávit da ordem de 50 milhões, difíceis de se

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

87 falar não gastos, não investidos, mas sim para fins de aplicação futura, principalmente em
88 conservação, preservação e compensação ambiental. Aberto a perguntas e questionamentos,
89 conselheiro da Secretaria de Estado de Fazenda, José Henrique Righi Rodrigues, questiona se
90 todos os membros presentes estariam legalmente empossados. Na sequência a presidente em
91 exercício responde que todos estão representando legalmente suas instituições. Passado a
92 primeira questão, o conselheiro expõe que não recebeu as contas de forma analítica para análise,
93 questionando se algum conselheiro as recebeu, pois acredita que o consolidado não sirva de
94 base para a aprovação das contas. Expõe que os conselheiros devem ter acesso a um relatório
95 detalhado, esmiuçando nos termos em que normalmente são aprovados ou devam ser aprovados,
96 inclusive conforme instrução do Tribunal de Contas e em um segundo momento, acredita que
97 uma vez analisado este relatório os conselheiros teriam a outra reunião para fins de aprovação
98 ou impugnação ou não de determinados elementos no que se refere a questão das rubricas de
99 forma analítica e não sintética da forma que foi apresentada. O conselheiro expõe que não é
100 questão de que exista irregularidade ou não, mas para que os conselheiros aprovelem ou não
101 efetivamente com o que tem sido demonstrado. O Superintendente Eduardo explica que, o que
102 esta acontecendo é que a Superintendência Central da Contadoria Geral vinculada à própria
103 Secretaria da Fazenda implementou a partir de 2011, válido a partir de 2013 uma adequação de
104 sistema integrado de administração financeira - SIAFI, que por determinação do Conselho
105 Federal de Contabilidade está mudando o plano de contas voltado à contabilidade publica
106 brasileira para o plano de contas e esta implementação foi praticamente obrigatória para Estados
107 e União a partir de 2013, o Estado vem aplicando, gastando até muito com estas mudanças e
108 muitos destes relatórios que compõem a documentação que vai para o Tribunal de Contas, ainda
109 estão em fase de impressão final; que tem um prazo final para concluir a prestação de contas e,
110 embora tenha-se um instrumentos que é o próprio SIAFI, um extrator de dados que é o B.O. a
111 apresentação está sendo feitas em dados que é extraído do próprio sistema, porque o relatório
112 formal que é o próprio sistema que são balanços orçamentários, balanços financeiros, balanço
113 patrimonial que tem as contas, estão em fase de impressão pela Secretaria da Fazenda e
114 encaminhamento já nos próximos dias. Coloca ainda que é perfeito e mais que correto a
115 exigência da apresentação destes balanços e assim que os tiver, acredita que será encaminhado.
116 O conselheiro José Henrique comenta que, com relação aos dados, extraídos do sistema não há
117 que se fazer qualquer reparo, uma vez que está inserido no sistema e acredita que este relatório
118 seja uma reprodução de sistema. Em face disto, este não é seu questionamento e sim o
119 documento que lastreia o lançamento, seja para fins de escrituração nos termos do Conselho
120 Federal de Contabilidade, seja na nova inovação, a mudança de adequação da contabilidade
121 internacional, por exemplo, visualizou convênios, contratos, terceirizados e outros documentos,
122 que como conselheiro de outros conselhos, verificam-se determinadas inadequações, podendo
123 inclusive haver contratação de forma irregular, inexata. Não é o caso. Que já pode participar de
124 reuniões de aprovação de contas onde determinado contrato ou convênio foi firmado e a
125 publicação do extrato do contrato publicada de forma equivocada inexata ou até inexistente. E
126 até para efeito de reforço, se ainda não existe a totalidade dos documentos, com mais razão
127 então, os conselheiros não podem aprovar. O Superintendente de Contabilidade e Finanças
128 Eduardo Paula, esclarece que existem os documentos e o que atrasou foi a impressão destes
129 relatórios para fins de encadernação e envio e assinatura. Até porque o prazo para se fazer a

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

130 prestação de contas é complexo, o que aconteceu foi um atraso na impressão, provocados por
131 questões da SEF e Prodemge, envolve a impressão de todo o Estado, envolve a prestação de
132 contas governamental; que os relatórios começaram a ser enviados nos últimos dias e seria
133 impossível com o agendamento da reunião, estar de posse dos documentos propriamente dito,
134 encadernado e devidamente assinado pelo Dr. Bertholdino para fins de conhecimento. O
135 conselheiro José Henrique – SEFAZ explica que não seria nenhum balanço e sim os documentos
136 que compõem uma análise, seriam um objeto para o relatório final. O Sr. Eduardo esclarece que
137 o que compõe o relatório são os balanços, se houver a necessidade de outros documentos que
138 seja solicitado os relatórios de auditoria, ou parecer da própria controladoria geral. Que o existe
139 a instrução do Tribunal de Contas, que compõem um balanço que normalmente se compõem
140 em aproximadamente 500, 600 páginas. O conselheiro explica ainda que se porventura
141 aprovarem o consolidado, estarão aprovando a forma em detrimento da substancia, que cai por
142 terra, uma vez que em face da aprovação do Conselho, os mesmos poderão um dia, responder de
143 forma pessoal. A presidente interrompe o debate, para adiantar o assunto e sugere que as contas,
144 sejam elas de 500 páginas para os conselheiros e validação na próxima reunião e deixa
145 registrado então que todos os documentos serão enviados e que o IEF não tem nenhum
146 problema em expor as contas, que estão seguros do que foi apresentado. Todos estando de
147 acordo, decidem por esta maneira, com uma reunião extraordinária a ser agendada. Agradece ao
148 Superintende de Contabilidade e Finanças e coloca em votação o pedido de vistas que é
149 aprovado por todos os conselheiros o recebimento do material para análise. Item 5 da pauta
150 Exame e aprovação dos processos para criação das seguintes RPPNs: 4.1 - RPPN Mata do
151 Confisco, RPPN da Pedra Branca; RPPN Retiro das Vertentes; RPPN Canoa Vale dos Ipês;
152 RPPN Grota da Serra I; RPPN Grota da Serra II; RPPN Grota da Serra III. A presidente propõe
153 a votação em bloco, caso todos os conselheiros concordem ou caso algum conselheiro queira
154 colocar destaque em algum item, o documento está para ser apresentado. Os conselheiros
155 Henrique – SEAPA, Igor Noronha – CRBio 04, Maria Honorina – IEF, Fernando-Crea MG, José
156 Henrique – SEFAZ, Luís Antônio – UFLA, Luiza – Seplag, Maria Diná – Sectes, Luiz Otávio –
157 SETUR optam pela apresentação das RPPN's que é feita pela servidora Livia Martins, da
158 Diretoria de Áreas Protegidas – IEF, representando o Diretor Leonardo Cardoso Ivo. A
159 presidente da sessão abre requer manifestação por parte de algum proprietário ou procurador de
160 alguma RPPN apresentada. O Sr. Ranulfo, engenheiro agrônomo e procurador do proprietário
161 da Mata do Confisco, expõe que é de seus interesse manter na área de Contagem, em pleno
162 centro, quase no bairro Cabral uma área tão expressiva de quase 32 hectares. Explica que é de
163 seus interesses que o projeto de RPPN fosse aprovado a área verde e deixa claro que a Mata do
164 Confisco, começou a história de Contagem ali e por isso a importância de ser preservada. A
165 presidente lembra aos conselheiros que a RPPN é um ato voluntário pela Lei do SNUC como
166 bem colocado na apresentação, é uma ferramenta importante de preservação, pois é um ato
167 particular, mas que soma aos trabalhos das unidades de conservação que o estado mantém como
168 uma forma importante de manter a biodiversidade, de formar grandes mosaicos, que o estado
169 tem visto uma excelente trabalho dos particulares por amor à questão de proteção e perpetuar
170 esta questão de alguma forma. Que é um trabalho interessante, que o estado sabe os custos que o
171 proprietário tem para implantar de acordo com as normas do SNUC e manter também, que é
172 uma complexidade. Que o estado tem outros programas como o bolsa verde como incentivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

173 para estes proprietários. Pergunta aos conselheiros se algum quer manifestar sobre a questão e o
174 conselheiro Henrique da SEAPA, questiona à Lívia – servidora do IEF se alguma das RPPN's
175 apresentadas vem como forma de compensação ambiental ou como medida mitigadora de
176 algum empreendimento específico vinculado a qualquer licenciamento ambiental. Lívia – IEF
177 se manifesta, solicitando que responda depois de uma consulta, pois naquele exato momento
178 não tem condições de responder, por não estar de posse dos documentos. Acredita que não,
179 porém não pode afirmar com certeza. O conselheiro Henrique da SEAPA, esclarece que esta é
180 uma informação importante, pois quando se trata de uma RPPN, que é de vontade própria do
181 proprietário, ou de um grupo como no caso da RPPN Mata do Confisco é diferente devido ao
182 fato das informações, exigências arbitrárias no processo de licenciamento ambiental onde são
183 exigidos criação de RPPN's. Na sequência a presidente esclarece que não estão sendo
184 apresentadas para aprovação RPPN's como condicionantes, até porque se o Conselho estivesse
185 aprovando RPPN como condicionantes de processos ambientais, estariam descumprindo o ato
186 do SNUC; que tem de ser ato voluntário, o proprietário deverá formalizar o processo, requerer,
187 justificar; podem até ter em condicionantes, mas as que o Conselho de administração estão
188 aprovando são as de atos voluntários conforme estabelece o SNUC. Levanta também a questão
189 de que a compensação ambiental não pode ser paga através de uma criação de RPPN conforme
190 legislação vigente, que a CPB não pode aprovar, que a CPB tem um POA e as regras são bem
191 esclarecidas para efeitos de compensação no estado, que é confirmado pelo conselheiro Igor
192 Noronha do CRBio 04. O conselheiro Henrique da SEAPA prossegue com sua fala justificando
193 seu questionamento sobre criação de RPPN como medida mitigadora e condicionante de
194 licenciamento e que, para votar, precisa desta informação, caso contrário votará em contrário
195 com exceção da RPPN Mata do Confisco que tem representante na reunião. Adriana, presidente
196 da sessão, esclarece que poderão deixar de votar em todas as RPPN's sem problema algum, mas
197 estariam negando um requerimento assinado pelo proprietário. Que o proprietário não requer
198 uma RPPN por condicionante de um licenciamento, é um requerimento por livre ato. Se for esta
199 a decisão de todos os conselheiros, que todas os requerimentos de criação de RPPN's desta
200 sejam indeferidos, pois são requeridas dentro do mesmo contexto, através de ato voluntário. dos
201 proprietários. Solicita que seja votado não a RPPN de ato de licenciamento e sim de ato
202 voluntário. O conselheiro Henrique – SEAPA, reitera a informação. Alega que colocar a criação
203 de RPPN como condicionante de licenciamento é um ato equivocados, que a única que tem
204 certeza de ser ato voluntário é a RPPN Mata do Confisco, o 5.1, fica registrado o voto favorável
205 da SEAPA e vota contrário aos itens: 5.2 a 5.7 por falta de informação. O conselheiro José
206 Henrique – SEFAZ solicita que seja explicitado as diferenças entre ambas no seu entendimento
207 para que ele possa entender melhor. O conselheiro Henrique da SEAPA explica que o
208 empreendedor, que foi até a reunião apresentar o seu requerimento de criação de RPPN é um ato
209 voluntário e que as demais ele não tem a informação, que a gerência não sabe dizer e a vice-
210 diretora geral do IEF, presidente em exercício não sabe esclarecer se é um ato voluntário ou
211 condicionante de licenciamento ambiental, logo, o conselheiro da SEAPA vota contrário por não
212 ter a informação. Adriana esclarece que tem certeza de que as demais propostas de RPPN são
213 atos voluntários. Henrique da SEAPA complementa que o motivo do ato voluntário que o IEF
214 não sabe lhe informar se é pela condicionante ou não. Adriana esclarece que é um ato
215 voluntário, que o que importa é o que foi protocolado ou seja requerido no IEF, que existe uma

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

216 questão no licenciamento para uma atividade, seja ela qual for, o empreendedor no ato da
217 licença pode colocar como forma de condicionante o que for melhor, inclusive sugerir
218 condicionante, que pode ter um próprio ato voluntário dentro do licenciamento solicitando que
219 uma área seja dada como condicionante, porque ele entende que faz parte do licenciamento e
220 que, trazer para dentro do Conselho do IEF problemas de outros Conselhos, é bastante
221 complicado, pois o fórum ali não é instalado para tratar do licenciamento, é para tratar de
222 questões ligadas ao Instituto Estadual de Florestas, não fazendo julgo do mérito do processo de
223 licenciamento. A presidente esclarece que o fórum instalado está um pouco equivocada, que este
224 mérito pode ser tratado nas SUPRAM's que é responsável pelo licenciamento; que o IEF recebe
225 o processo com a assinatura do proprietário, com toda a documentação formalizada, que existe
226 um laudo de vistoria informando se a área é apta para a criação de RPPN conforme a Lei do
227 SNUC, porque mesmo que a pessoa requeira, ela pode não ter os atributos necessários para se
228 criar a RPPN, que não é qualquer área sugerida que é aceita, que tem de ter os atributos
229 conforme lei; que é o processo que o IEF faz, que o Conselho de Administração do IEF não
230 entra no julgo do mérito do processo de licenciamento, que é só para deixar separado estas
231 câmaras, pois todos tem oportunidade de trazer estas questões, dentro das câmaras específicas.
232 Se é errado ou correto, ou se o proprietário cedeu como condicionante de licenciamento ou não,
233 não cabe ao IEF julgar. Coloca em votação os requerimentos apresentados na reunião do CA, já
234 anotando que o conselheiro Henrique está favorável apenas à criação da RPPN Mata do
235 Confisco e que as demais tem voto contrário. O conselheiro Igor Noronha do CRBio, expõe que
236 analisou os documentos, não visualizou nenhum que citasse o atendimento de condicionante, e
237 quando percebe-se que são pedidos particulares, não são para atender a pedidos de
238 licenciamento, concorda com o que foi apresentado, não tem dúvidas de votar a favor, inclusive
239 porque quando se trata de compensação, não pode e não cabe no POA e nem na própria
240 legislação; que deixa o conselheiro Henrique-SEAPA tranquilo, que vota a favor, que é ato
241 voluntário do proprietário e que não viu nos documentos que é atendimento de condicionante,
242 inclusive verificou no instante da apresentação. O conselheiro Fernando – Crea-MG expõe
243 entende a preocupação do conselheiro Henrique da SEAPA e que também verificou e sugeriu
244 que nas próximas apresentações, seja adicionado a informação de atendimento de licenciamento
245 ou não, e acredita que as áreas foram analisadas tanto pela SUPRAM como pelo IEF, é
246 favorável à votação e reitera que tenha a informação. Adriana - IEF esclarece que o IEF não tem
247 condições de informar pois o IEF não faz parte do contexto do licenciamento, quando esta
248 questão é citada nas licenças o IEF não é consultado porque isso é entre empreendedor e órgão
249 licenciador, e reforça que o que chega ao IEF são atos voluntários do proprietário e não cabe ao
250 IEF julgar o porquê da criação; que o proprietário solicita e o IEF avalia. De fato quanto ao
251 pedido do conselheiro, o IEF não conseguirá operacionalmente informar. Poderá tentar,
252 oficializar a SUPRAM, mas que dificilmente conseguirá fazer esta triagem, que o proprietário
253 quando busca a criação de uma RPPN ele não apresenta a condicionante de um licenciamento,
254 que se fizesse parte, o IEF teria que indeferir, pois RPPN é um ato voluntário. A conselheira
255 Luiza da SEPLAG, expõe que está de acordo com a fala da Adriana e que pela SEPLAG estão
256 todas as RPPN's aprovadas. Conselheiro Luiz Otávio da SETUR acompanha o voto do relator
257 Igor e aprova as RPPN's. Conselheiro Luís Antônio – UFLA, também aprova a criação das
258 RPPN's, esclarece que ficou claro que todas são atos voluntários e que a única preocupação é o

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

259 tamanho minúsculo de algumas RPPN's não representar a biodiversidade no local e que, no
260 entanto a iniciativa é contaminar a sociedade para preservação ambiental com educação
261 ambiental e outras ações que podem ser desenvolvidas nas RPPN's. A conselheira Maria Diná
262 da SECTES também é pela aprovação, considerando que ali houve um trabalho técnico que
263 merece credibilidade. O conselheiro José Henrique da SEFAZ, questiona sobre questão que o
264 Professor Luís Antônio levantou, com relação a extensão territorial, ela com base na norma,
265 ainda que seja uma área pequena e que não expressa, se ela é prevista. Adriana – IEF esclarece
266 que o Decreto que traz a criação de RPPN, ele não determina o tamanho, que depende da
267 vontade do proprietário. O conselheiro José Henrique – SEFAZ comenta que fora a
268 biodiversidade em relação ao benefício à sociedade como um todo é notória e questiona com
269 relação ao proprietário, qual é o benefício que tem em face da aprovação? Adriana – IEF
270 responde que são vários, desde uma proteção, alguma área específica que se queira proteger e
271 financeiro, agora pela alteração da Lei Federal – o novo código florestal, tem trazido alguns
272 benefícios, mas ainda não está implementado na Lei Estadual, mas como foi dito, no próprio
273 Estado, tem o bolsa verde que é um programa do conhecimento de todos, é um programa que
274 incentiva quem tem cobertura vegetal nativa preservada. O conselheiro José Henrique – SEFAZ,
275 pergunta que: em caso sendo reconhecida, há um benefício de natureza tributária?. Adriana –
276 IEF esclarece que o proprietário tem isenção de imposto rural daquela área, específica e o
277 município, toda vez que o IEF cadastra as RPPN's no sistema nacional, aumenta a arrecadação
278 do município, o índice de qualidade e o município também recebe uma maior parcela de ICMS
279 Ecológico e às vezes, o ganho do proprietário, acaba sendo coletivo no sentido financeiro.
280 Dentro do Estado são algumas atividades de fomento que faz a troca ou bolsa verde, ou a
281 redução do imposto rural e o município porque tem uma quantidade maior de ICMS. Após a
282 explicação o conselheiro José Henrique – SEFAZ vota pela aprovação das criações das RPPN's.
283 O conselheiro Luís Antônio – UFLA comenta que a respeito do ônus que o proprietário terá em
284 decorrência da criação desta RPPN é o de ser responsável pela confecção do Plano de Manejo e
285 indaga se o IEF dará apoio ao proprietário para elaboração deste Plano. Adriana – IEF responde
286 que o IEF tem uma área técnica, sendo que, quando o proprietário necessita de apoio neste
287 sentido, o IEF dá o apoio e que este Plano de Manejo não é tão complexo quanto uma unidade
288 de conservação do estado que você tem ali visitas, mas tem RPPN's que já foram criadas e
289 que tem modalidades que está sendo muito utilizada agora, até voltada para a questão do
290 turismo, vinculados a estes esportes turísticos, muito vistos no entorno de grandes parques, por
291 exemplo: Serra da Canastra, Ibitipoca, Caraça, onde se tem o volume de fluxo, de turistas muito
292 grande e o proprietário também quer ter sua parcela turística que aliás é uma das únicas coisas
293 que ele pode explorar a RPPN é para fins turísticos e biológicos. Logo, o IEF tem lidado com
294 planos de manejo muito bem elaborados neste sentido, voltando para trilhas interpretativas para
295 algum tipo de esporte, mas que concilie a parte protetiva com a parte econômica que é a famosa
296 sustentabilidade. Neste caso, os planos de manejos são mais completos porém, é uma pessoa
297 que já está enxergando a RPPN como um fim mais lucrativo dentro do contexto da região onde
298 ele se insere. Por outro lado, tem os proprietários que tem aquela RPPN para deixar lá mesmo,
299 preservando sem alterar nada, sem extrair, então, este plano de manejo é muito simples, não é
300 nada complexo, é mais manter algumas ferramentas para manter aquela área protegida, o aceiro,
301 cercamento, evitar o gado, e tecnicamente o IEF tem os Regionais, os técnicos que dão o apoio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

302 sempre quando necessário, sempre que solicitado. Lógico que o IEF não tem como atender toda
303 a demanda do Estado, mas sempre quando tem condições, o IEF atende, O conselheiro José
304 Henrique pergunta se o Instituto grava o imóvel de forma perpétua, se é levado a registro e na
305 eventualidade de haver alienação deste bem fica registrado. Adriana – IEF responde que sim,
306 que fica registrado. Maria Honoria – IEF, inicia sua fala louvando a preocupação do conselheiro
307 Henrique – SEAPA e esclarece que dentre a seriedade com a qual este trabalho, processo é
308 levado, ela está de acordo com a aprovação das RPPN's. O conselheiro Henrique – SEAPA
309 esclarece que não colocou em momento alguma dúvida sobre a seriedade do trabalho, que
310 trabalha diretamente com o Diretor de Áreas Protegidas, fazendo pela Secretaria de Agricultura
311 a avaliação das unidades de conservação em criação, que o mesmo faz os relatórios pela
312 SEAPA, quais as preocupações, se faz propostas de ampliação, que acompanha e sabe da
313 seriedade dos trabalhos de criação e que se a pergunta tivesse sido respondida seria favorável a
314 todas as criações de RPPN's , mas como a pergunta não foi respondida, fica uma lacuna de que
315 o ato deixa de ser voluntário, passa a ser uma obrigação, uma exigência, durante um ato de
316 licenciamento ambiental e isso poderá incorrer em alguns problemas diferenciados que fogem a
317 este conselho, sendo assim, prefere se resguardar com o voto favorável à que o empreendedor
318 está se colocando como ato voluntário e as demais RPPN's, continua com voto contrário a não
319 ser que estes processos sejam baixados em diligência para que esta informação do licenciamento
320 venha e a SEAPA faça voto favorável, mas como é somente um voto em desfavor, não será
321 necessário a baixa em diligência. Adriana – IEF dá por aprovada as criações de RPPN, pela
322 maioria devido ao voto contrário do conselheiro, pede o registro em ata e passa para o próximo
323 assunto que é a apresentação dos resultados do Conselho do IEF no exercício 2012. Apresentado
324 pela secretaria executiva do IEF, uma breve descrição da formação do Conselho de
325 Administração, sendo sua estrutura formada por: Presidência, Secretaria executiva, um plenário
326 e duas câmaras técnicas sendo: projetos institucionais e recursos administrativos; a plenária
327 composição dos membros. Posteriormente foi apresentado um breve resultado de 2012 com
328 relação às reuniões do ano que foram: 4 reuniões plenárias, 2 alterações de regimento interno
329 que causou sua melhoria; aprovação dos demonstrativos financeiros em atraso dos períodos:
330 2010 e 2011; criação de 29 RPPN's e aprovação de 7 planos de manejo. A participação das
331 entidades de todos os conselheiros, sendo até o momento a Secretaria de Estado de
332 Desenvolvimento a que não participou de nenhuma reunião. Com relação às câmaras técnicas,
333 só a de Recursos Administrativos que reunião no ano anterior. Foram 4 reuniões, para
334 alinhamento dos julgamentos de processos e julgados 50 processos. Na plenária não tem mais
335 passivo a ser deliberado ou julgado, porém na câmara técnica de recursos administrativos tem
336 um passivo de 8593 processos, acumulado um valor estimado de arrecadação de
337 aproximadamente 97 milhões, sendo este o passivo do Conselho. O calendário provisório de
338 reuniões foi apresentado ficando: 27/06, 26/09 e 19/12 as próximas reuniões ordinárias plenárias
339 caso haja pauta ou necessidade, podendo ser desmarcadas e as reuniões de câmara técnica de
340 recursos administrativos uma reunião por mês, ficando a próxima para 29/05, 20/06/, 25/07,
341 29/08, 19/09, 31/10, 28/11 e 12/12. Adriana – IEF justifica que as reuniões mensais da câmara
342 técnica de recursos administrativos é pela questão do volume de processos que o Conselho tem
343 hoje, e explica que é ruim esta demora também para o autuado, pois o mesmo aguarda uma
344 resposta do órgão, sendo positiva ou negativa e que o IEF vem acumulando este passivo o que

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

345 não é positivo para a instituição; que por mais que a pessoa tenha cometido um crime ou não
346 aguarda por uma resposta de seu recurso; que o IEF vem tentando otimizar, melhorar a análise
347 técnica dos processos, foram alocadas mais pessoas para tentar atender as reivindicações dos
348 conselheiros; que foi realizada uma troca de todos os procuradores da AGE lotados na SEMAD,
349 que são pessoas “novas”, não deixam de ser competentes, mas a grande maioria nunca trabalhou
350 com a questão ambiental e que, um ponto positivo é que o Conselho de Administração conta
351 com um jurídico, que já está acostumando com a questão ambiental. Esclarece também que os
352 procuradores da AGE tem um padrão para validar juridicamente os processos, e que, cada vez
353 que vem um novo, passamos por uma readequação diferente inclusive em processos que
354 estariam prontos para serem pautados em uma futura reunião, mas o IEF está acostumado com
355 essa dinâmica sendo que o necessário seria tentar melhorar um pouco, pois de 7 mil processos
356 aproximadamente, votar 50 em um ano é muito pouco diante a demanda e cobrança que temos
357 da sociedade por uma resposta. Outra cobrança que temos recebido é a da Controladoria Geral
358 do Estado que vem nos auditando e do Ministério Público , pois muitos destes autos de infração
359 envolvem inquéritos criminais. Muitas das vezes, um juiz ou promotor nos solicita informação
360 acerca do processo administrativo que está demorando a ser julgado, o que pode acarretar na
361 demora de um julgamento na esfera judicial também, pois um relato técnico constante no
362 processo auxilia eles também, isso amarra muito os trabalhos. Adriana cita que tem mostrado
363 estes resultados para que os conselheiros que nos auxiliam com suas participações, ajudarem a
364 trazer uma forma de agilizarem estes julgamentos, para trazeremos uma resposta ágil, efetiva,
365 dentro dos critérios legais, para conseguirmos evoluir nos números apresentados. O conselheiro
366 José Henrique – SEFAZ alega que ainda que seja pequeno, efetivamente a CRA só teve duas
367 reuniões para julgamento, até então porque as duas outras primeiras foram objetos de
368 alinhamento, etc. e que nas reivindicações realizadas no ano anterior, além da alteração do
369 Regimento Interno e da dinâmica da votação proposta, foi reivindicado também, inclusive salvo
370 em ata a possibilidade do pagamento de “jeton” para todos os conselheiros e o mesmo não sabe
371 se foi levado a quem de direito para análise de situação e que acha importante o julgamento dos
372 processos sim, mas a contrapartida tem de ser vista para aqueles que ali participam, que veja-se
373 no CAP que tem “jeton”, o Conselho de Contribuintes do Estado e em outros conselhos do
374 estado tem “jeton” logo então o conselheiro entende que a reivindicação é legítima, uma vez
375 que eles devem se dedicar, atualizar, estudar sob pena de prejudicar o próprio autuado ou o
376 autuante, no caso o Estado. E que, sendo uma reunião por mês, gostaria de unir-se e avaliar um
377 valor a ser levado a quem de direito para estudar e verificar a situação. Adriana – IEF esclarece
378 que na última reunião do Conselho de Administração houve uma alteração no regimento com
379 relação aos relatos dos processos, que os mesmos não serão relatados pelos membros, pois é
380 quase que absurdo o IEF enviar 50, 200, 300 processos para os conselheiros fazerem nossos
381 trabalhos e que isso foi consenso entre os secretários de estado na última reunião que teve nesta
382 câmara, gostaria que os conselheiros lessem a ata o que ficou pautado e aprovado, porque isso é
383 uma mudança regimental, não é simplesmente uma mudança de procedimento, todos os
384 secretários de estado que estavam ali presentes, todos concordaram com que a equipe técnica do
385 IEF faça toda a análise de parecer e encaminhará para votação contrária ou a favor, assim como
386 já acontece na CNR, todo relato, atributos e justificativas técnicos e jurídicos são levados aos
387 conselheiros e aqueles processos que os conselheiros entenderem que tem de pedir vistas ou

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

388 fazer diligência ou alguma coisa neste sentido, eles são separados e revistos durante a reunião, o
389 restante é votado em bloco e que gostaria que o conselheiro pegasse a ata com o secretário para
390 dar uma atualizada, pois como ficam muito na comissão temática e não participa muito da
391 plenária, que na verdade é quem dá a linha de trabalho das temáticas e não o contrário. O
392 conselheiro José Henrique – SEFAZ explica que independente disso, sem a votação não há que
393 se falar , pois mesmo que o processo seja feito por outra pessoa os conselheiros, para que
394 votem, tem de estudar e que quando argumentou o “jeton” a Adriana contra-argumentou com
395 esta fala de existência de alteração regimental, e pergunta se independente de eles terem de fazer
396 o relato, eles receberão o processo com o relato, com a manifestação e que após explicação da
397 Adriana – IEF de que os conselheiros não recebem o processo e sim o parecer que estarão
398 disponíveis no site, de todos os processos com antecedência, seguindo o mesmo rito que a CNR
399 segue, que o procedimento é o mesmo, inclusive que se os conselheiros tiverem interesse em
400 participar da CNR como ouvintes para verem como é esta dinâmica, porque com a revisão do
401 Decreto 44844/08, o IEF não terá mais a câmara de processos administrativos no Conselho de
402 Administração, todo este passivo vai para a CNR, é uma questão de tempo, pois a CNR já tem
403 uma dinâmica própria para este julgamento e que aqui no Conselho de Administração para os
404 conselheiros estudarem um assunto novo, acaba penalizando, pois não estão só por conta de
405 ficar julgando auto de infração, logo foi uma questão eu o IEF batalhou bastante para a revisão
406 do código de autuação do Estado para deixar na câmara competente que hoje já faz este
407 trabalho, buscar o passivo do IEF que é para laço. É só uma questão de tempo mesmo para o
408 decreto ser aprovado pela Casa Civil, mas até lá como temos de planejar durante o ano, estamos
409 deixando as atas de reunião, fizemos alteração de regimento, tudo de forma correta. Responde
410 também a pergunta do conselheiro José Henrique – SEFAZ de que se a segunda instância de
411 julgamento será extinta. Diz que não, ela será realizada em outra esfera, mas dentro do
412 Conselho de Administração esta câmara não mais existirá e que a câmara pode ser alterada seu
413 contexto para uma outra finalidade se entender e julgar que o conselho deverá trabalhar outras
414 temáticas, que temos muitos assuntos dentro do IEF que poderiam ser discutidos no Conselho
415 de Administração, entre eles criação de unidades de conservação, a própria dinâmica da
416 reposição florestal, da taxa; são várias questões que poderiam ser trazidas suas discussões no
417 conselho que acabam tomando o tempo com o passivo de uma série de autos de infração que
418 para estudar, a legislação é muito pesada e que concorda com o conselheiro plenamente. Kátia-
419 secretaria executiva do conselho, pontua que regimentalmente o pagamento de qualquer
420 gratificação é vetado. Que, pelo Regimento, que foi alterado 2 (duas) vezes no ano de 2012 e
421 em momento algum houve a autorização de pagamento de gratificação. O conselheiro José
422 Henrique manifesta que só para lembrar que, ainda que pese 50 processos julgados no ano
423 passado, o passivo já existia, que se houve omissão, não foi deste Conselho. Foi de tempos
424 pretéritos em deixar o acúmulo destes processos e que agora eles se deparam em uma situação
425 de que tem de julgar estes processos já existentes. Adriana – IEF corrige a fala do conselheiro
426 alegando que o conselho anterior julgava muitos processos, de fato, o que existe são muitos
427 autos de infração, a quantidade de auto de infração lavrada é muito grande, que mesmo que o
428 Conselho se reunisse toda semana para julgar auto de infração, toda semana teríamos um
429 passivo, pois o IEF tinha um convênio, antes da Lei Delegada com a Polícia de Meio Ambiente,
430 então, todo B.O. que era lavrado, resultava em um auto de infração administrativo que nem

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

431 sempre dá um processo criminal, então este volume não é significado de que o Conselho
432 passado não cumpriu com sua obrigação, julgava normalmente e temos um histórico. Julgava-se
433 normalmente, mas era um volume de 500, 600 processos e continuava uma quantidade muito
434 grande e por algum motivo que não sabe-se responder o Conselho de Administração do IEF
435 ficou por 2 anos parado e neste período, ficou este acúmulo, que podemos visualizar ser um
436 número grande e ele ficou estacionado. Diz que concorda plenamente, que pesa não só para o
437 conselheiro, mas para o IEF também, por isso estão tentando outras vias de tentar resolver de
438 uma forma mais célere, mais ágil. Henrique-SEAPA diz que na CNR os conselheiros não
439 recebem só o relatório final daquele recurso, que recebem o auto de infração, o primeiro
440 recurso, o primeiro relatório, o segundo recurso e o segundo relatório, aí sim a celeridade no
441 processo é muito grande, pois toda informação fica disponível no site do COPAM. Adriana –
442 IEF solicita à secretaria executiva que anote esta informação para que possamos seguir o mesmo
443 procedimento. Na sequência a presidente da seção passa ao item 7 – Assuntos Gerais, e indaga
444 se algum conselheiro tem alguma questão, solicitação ou colocação e o conselheiro Luís
445 Antônio – UFLA solicita a palavra, comentando a respeito da fala do conselheiro José
446 Henrique-SEFAZ sobre o detalhamento das contas e pontua que o objetivo do conselho, por ser
447 formado por profissionais de diversas áreas de atuação no estado de MG é analisar as contas e,
448 no meu caso, contribuir com as ações técnico-ambientais do IEF, por isso sentiu falta no
449 momento de maior detalhamento, como por exemplo onde estão sendo gastos os recursos?
450 Quais as ações estão sendo tomadas? Onde? Quais os valores? Quais as empresas contratadas?.
451 Adriana – IEF coloca que os conselheiros podem consultar o site do IEF, pois nestes todos os
452 convênios estão especificados, só para ter noção, não no nível do detalhamento que o
453 conselheiro José Henrique fez, mas se quiser acompanhar quais os convênios o IEF tem feito,
454 solicitar inclusive cópias dos mesmos, prestação de contas e atividades que estão trabalhando e
455 que, praticamente com o recurso que temos hoje, o estado está bem alinhado a SEFAZ , a
456 SEPLAG, SEAPA, temos os projetos estruturadores, os gastos são com estes projetos, que
457 inclusive é o que o IEF tem aprovado na LOA, não se pode inventar e gastar com algo que não
458 esteja citado lá, que o IEF faz uma programação é aprovado na LOA mas nada impede que os
459 conselheiros solicitem um detalhamento e que o que o conselheiro solicitar será apresentado
460 sem problema algum. O conselheiro Luís Antônio –UFLA pergunta à diretoria do IEF se tem
461 como levar ao conselho uma previsão de orçamento – , por exemplo: receitas –em 2012,÷ 145
462 milhões e despesas de 91 milhões, vai haver um superávit – e como que eles poderão ser gastos
463 em 2013 ou para qual conta ele vai? Que não sendo da área orçamentária, gostaria de saber, se
464 realmente será aplicado em meio ambiente. Adriana – IEF explica que nem todo dinheiro que é
465 arrecadado é gasto, pois tem de ser aprovado pela SEPLAG e SEFAZ, tem aprovações de cotas,
466 que o IEF realiza um planejamento, que vai para a ALMG e será analisado e aprovado, que na
467 verdade a gente tem uma cota máxima que podemos utilizar, que não é também todo o dinheiro
468 que arrecadou no ano. Então, por exemplo, o recurso da compensação, da reposição tem que
469 fazer os projetos. No caso da compensação ele é todo destinado através de um POA que é
470 aprovado pela CPB, que é uma outra câmara, o outro é o recurso da reposição que é aprovado
471 em um outro POA na CAP , que apesar de ser consultiva, não é deliberativa, mas como é do
472 setor, compartilham com o setor aquilo que está se gastando com atividades relacionadas a eles,
473 mas são aprovados na CNR.O Instituto Estadual de Florestas trabalha com contas que são

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

474 chamadas de contas vinculadas, então elas tem estabelecido em lei que podem ser utilizadas, e
475 por isso a dificuldade de se gastar com outras coisas, porque ela é vinculada, temos as três que
476 são a da pesca, da reposição e da compensação, todas elas na fonte 61, que são as maiores fontes
477 que aumentaram a arrecadação e diminuiu o gasto, exatamente porque o fato de estarmos
478 aumentando arrecadação não significa que temos aquele dinheiro para gastar com tudo não. Ele
479 é gasto diante da Lei das unidades de conservação, da compensação ambiental, da reposição que
480 tem um Decreto específico, da Lei da Pesca que tem uma Lei específica, então, nem sempre a
481 gente tem atividades disponíveis naquelas áreas para estarmos gastando aquele recurso, então
482 ele fica ali como um valor que está sem gastar realmente, pois não consegue gastar tudo que a
483 gente ganha porque tem estes vínculos. Adriana coloca o IEF à disposição para quaisquer
484 solicitações e o que achar necessário, que entendeu bem a dinâmica, que se os conselheiros
485 quiserem ela pode pautar em cada reunião uma diretoria específica, porque os recursos estão
486 ligados a diretorias, tem a DIAP que gere as contas vinculadas a compensação, a DDCF que
487 gere as taxas vinculadas à taxa e reposição e a DPBIO vinculadas à pesca e biodiversidade, que
488 na verdade a gente roda dentro de um contexto ali de acordo com a Lei Delegada. O conselheiro
489 Luís Antônio – UFLA diz que um segundo ponto que ele gostaria de ressaltar é sobre o
490 mapeamento florestal de Minas Gerais, o último mapeamento é de 2009, logo após isso o estado
491 adquiriu imagens no valor muito alto, que não lembra qual, imagens com resolução espacial
492 muito melhor que o último mapeamento de 2009, que a resolução era de 30 metros e as imagens
493 adquiridas recentemente são de 5 metros e até então não foi feito nenhum mapeamento, nenhum
494 acompanhamento, nenhum monitoramento de desmatamento no Estado e quem fazia este
495 trabalho era uma equipe da UFLA , mas não necessariamente poderá ser a UFLA , mas é um
496 trabalho que precisa ser retomado aqui para o estado de Minas Gerais. Adriana – IEF esclarece
497 que este trabalho está sendo realizado, através de imagens pelo setor da GEMOG sob a
498 coordenação de Manno. Foram juntadas todas as áreas de GEO da FEAM, IGAM SEMAD e
499 IEF e formou uma única. Então, para subsidiar regularização nos processos de desmates,
500 fiscalização nos processos de fiscalização e o IEF nos projetos estruturadores. Temos um projeto
501 estruturador que é bastante robusto que á criação de 50 mil hectares de corredor ecológico no
502 estado de Minas, para isso precisava de fato ter boas imagens para poder analisar a cobertura e
503 ver onde estes corredores poderiam passar sem criar um impacto muito grande no setor de
504 agricultura, de desenvolvimento, mas também preservando o que se tem nos locais. Faz-se este
505 trabalho interno e a questão da atualização não compete diretamente ao IEF, pois está dentro de
506 uma diretoria chamada DIPZON que foi criada dentro da regularização ambiental vinculada ao
507 IEF, aquela atualização do inventário florestal de Minas, ele está ligado à SEMAD assim como
508 o zoneamento ecológico e econômico, o inventário está dentro deste contexto, assim como o
509 CAR que está saindo agora também, ele foi assinado através da SEMAD, vai utilizar o CAR,
510 que foi assinado há algumas semanas, está a nota nos sites, que envolve uma enorme logística
511 para poder atender, porque não é essa facilidade toda que se parece. A conselheira Maria
512 Honorina – IEF, diz que se vê estas contas altas do IEF, imagina-se que o órgão está com muito
513 dinheiro em caixa. E o funcionário que vive o dia-a-dia da instituição escuta o tempo todo que
514 não tem orçamento para quase nada, pelo menos no campo, porque quando vê o IEF no todo,
515 tem de olhar o estado todo. Às vezes até para diária de viagem não tem orçamento, como não
516 tem orçamento dentro do SISEMA para fazer equiparação de diária conforme o Decreto de

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

517 diária, que hoje dentro do SISEMA não se paga a diária de maior valor do servidor que viaja
518 junto a outro para fazer uma fiscalização ou fazer uma mesma atividade, porque não tem
519 orçamento. E aí olha-se estes valores e se pergunta onde está o dinheiro e porque que não tem o
520 recurso para fazer o mínimo que é comprar o material que está faltando. Comprar um tonner
521 para a unidade de conservação que está faltando. Não temos mais facilidade de fazer isso como
522 fazíamos um ano, dois anos atrás. Tem que ter autorização, tem de estar no planejamento e então
523 o servidor fica sem trabalhar, sem fazer a atividade do dia-a-dia porque não tem material. Isso é
524 só para os conselheiros terem noção, porque neste está representado o Estado, a Fazenda, a
525 SEPLAG. A servidora alega que não foi contemplada com o prêmio de produtividade, ficou fora
526 da folha e até a presente data não recebeu a resposta do porque não recebeu o prêmio. Que em
527 2011 trabalhou o ano todo, respondendo pela Gerência administrativa de um Regional,
528 trabalhando 8 horas por dia, pois seu cargo é técnico ambiental, de 6 horas / dia, sem receber
529 nada por isso e não foi premiada e não falaram o porquê e está esperando pelo seu prêmio. A
530 presidente Adriana pergunta se há mais algum assunto geral, se pode dar por encerrada a
531 reunião. Sem nenhuma manifestação e terminados os assuntos do dia a Presidente da sessão
532 Adriana Francisca da Silva encerrou a sessão da qual foi lavrada a presente ata:

533
534
535
536

Adriana Francisca da Silva
Vice Diretora Geral Diretor Geral